

## **O PROTAGONISMO FEMININO NA AGROECOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES PARA A SUSTENTABILIDADE EM COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE APODI/RN**

**Icaro Kauã Silva Schlittler**  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
icaro20230025705@alu.uern.br

**Vinícius Claudino de Sá**  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
viniciusclaudino@uern.br

**Maria Eutika Torres De Moraes**  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte  
eutikiamorais@hotmail.com

### **Grupo de Trabalho (GT): 04.Agricultura familiar, cooperativismo e associativismo**

#### **Resumo**

Este trabalho analisa o protagonismo feminino na agroecologia através do estudo de caso do grupo "Juntas Venceremos", formado por 12 mulheres agricultoras da comunidade Agrovila Palmares, município de Apodi-RN. O objetivo foi mapear e sistematizar as práticas agroecológicas desenvolvidas por estas mulheres ao longo de 25 anos de organização coletiva. A abordagem participativa, utilizou rodas de conversa, entrevistas semiestruturadas e mapeamento comunitário. Os resultados revelaram diversidade produtiva, com cultivo de 15 espécies frutíferas, hortaliças, criação de animais e processamento de alimentos. Os resultados evidenciam a diversidade produtiva e as estratégias coletivas de resistência diante de desafios como a comercialização e a sobrecarga de trabalho. Conclui-se que as mulheres são protagonistas na construção de sistemas agroecológicos, garantindo segurança alimentar, preservação da agrobiodiversidade e fortalecimento do tecido social comunitário.

**Palavras-chave:** Mulheres; Agroecologia; Agricultura familiar.

#### **1. Introdução**

A discussão sobre o protagonismo feminino na agroecologia insere-se no contexto mais amplo das transformações sociais, ambientais e econômicas que reconfiguram o meio rural brasileiro nas últimas décadas. A agroecologia, entendida como ciência, prática e movimento social, propõe a construção de sistemas produtivos sustentáveis baseados no conhecimento tradicional, na valorização da biodiversidade e na justiça social. Nesse cenário, as mulheres rurais desempenham papel essencial, tanto na conservação das sementes e dos saberes ancestrais quanto na organização coletiva e na produção de alimentos saudáveis, pilares do desenvolvimento sustentável.

A ação foi desenvolvida na comunidade Agrovila Palmares, localizada na zona rural do município de Apodi, região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte. O município situa-se a aproximadamente 350 km da capital, Natal, e a 80 km de Mossoró, integrando a microrregião do Alto Oeste Potiguar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Apodi possui área territorial de 1.602,5 km<sup>2</sup> e população estimada em 36.323 habitantes, com densidade demográfica de 22,6 hab/km<sup>2</sup>. A economia local baseia-se predominantemente na agricultura familiar, na produção agroecológica e na pecuária de pequeno porte, destacando-se culturas como milho, feijão e algodão, além de atividades de fruticultura e apicultura.

A Agrovila Palmares constitui um assentamento rural oriundo da política de reforma agrária, caracterizado pela forte organização comunitária e pela predominância de sistemas produtivos diversificados. A comunidade dispõe de áreas coletivas de produção, poços artesianos e infraestrutura básica para reuniões e capacitações. O acesso à água, fator determinante para a sustentabilidade da produção, é garantido por sistemas de irrigação simples e pelo aproveitamento das chuvas sazonais. O perfil socioeconômico das famílias é marcado por baixa renda monetária, porém alto grau de cooperação e solidariedade entre os membros, o que favorece o fortalecimento das práticas agroecológicas e das redes de economia solidária.

## 2. Relatório da ação

O primeiro momento foi dedicado às apresentações individuais, onde cada mulher teve a oportunidade de compartilhar sua história pessoal, revelando trajetórias de vida marcadas pela luta pela terra, pelo trabalho árduo na agricultura e pela busca constante por melhores condições de vida. Durante este momento inicial, emergiu naturalmente o orgulho que sentem por fazerem parte de um grupo com 25 anos de existência, tendo sido fundado no ano 2000 como resposta às necessidades concretas de organização feminina para enfrentar os desafios da produção e comercialização agrícola. As participantes relataram que, desde então, construíram um processo contínuo e sistemático de formação política, abordando temas fundamentais como feminismo, sindicalismo, auto-organização, produção agroecológica nos quintais e economia solidária. Pacheco (2004) destaca que os grupos de mulheres rurais constituem espaços fundamentais de empoderamento e transformação social.

Após as apresentações, iniciou-se o diagnóstico participativo através de uma roda de conversa animada e rica em detalhes, onde as mulheres resgataram coletivamente a memória do grupo. Neste momento, foi possível compreender que a Agrovila Palmares nasceu de um projeto idealizado no final da década de 1990 pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo ambicioso de ser um modelo de assentamento rural sustentável. As 30 famílias que ali vivem receberam em 2009 a titulação coletiva das terras em nome da Associação, marco fundamental que garantiu segurança jurídica e possibilitou investimentos de longo prazo na produção agroecológica.

O levantamento socioeconômico revelou dados importantes sobre a composição demográfica das famílias envolvidas. As 12 famílias participantes do estudo totalizam 61 pessoas, sendo 23 do sexo feminino e 38 do sexo masculino. A distribuição etária mostrou que na faixa de 0 a 12 anos há 3 meninas e 9 meninos; entre 13 e 18 anos são 5 moças e 10 rapazes; na faixa produtiva de 18 a 64 anos encontram-se 14 mulheres e 19 homens; e apenas uma mulher tem 65 anos ou mais, não havendo homens nesta faixa etária. Esta composição demográfica evidencia a predominância de pessoas em idade produtiva e a presença significativa de jovens, o que indica potencial promissor para a sucessão rural e continuidade das atividades agroecológicas.

### 2.1 Mapeamento da produção e organização social

Durante o terceiro momento da ação, realizou-se um detalhado levantamento da produção desenvolvida pelas mulheres, revelando impressionante diversidade produtiva que caracteriza os sistemas agroecológicos por elas manejados. No que se refere aos cultivos anuais, as mulheres produzem milho, feijão, algodão agroecológico e cana-de-açúcar, culturas tradicionais que garantem a base alimentar das famílias e geram excedentes para comercialização. A fruticultura mostrou-se especialmente diversificada, com o cultivo de 15 espécies diferentes: goiaba, pinha, acerola, manga, banana, coco, tamarindo, laranja, cajarana,

abacaxi, pitaiá, amora, limão, tomate e romã. Esta riqueza de espécies frutíferas não apenas contribui para a segurança alimentar e nutricional das famílias, mas também representa importante fonte de renda através da venda in natura e do processamento em doces e polpas.

A produção de hortaliças, embora mais restrita em termos de diversidade, inclui cultivos importantes como coentro, pimentão e cebolinha, essenciais para o consumo doméstico e com boa aceitação no mercado local. A pecuária desenvolvida pelas mulheres abrange a criação de aves (galinhas e patos), suínos, caprinos e bovinos, atividades que garantem o fornecimento de proteína animal para as famílias e representam uma forma de poupança, podendo os animais ser vendidos em momentos de necessidade financeira. Além da produção primária, as mulheres desenvolveram capacidades de agregação de valor através do processamento, produzindo buchada de bode, diversos tipos de doces e peças de artesanato que expressam a cultura local e geram renda complementar.

O mapeamento participativo realizado no quarto momento constituiu-se em exercício revelador, onde as mulheres construíram coletivamente um mapa detalhado da comunidade. Utilizando papel kraft e canetas coloridas, cada participante localizou sua moradia e áreas de produção, permitindo visualização espacial da distribuição das atividades produtivas. Este exercício evidenciou que os quintais produtivos, espaços tradicionalmente sob responsabilidade feminina, constituem verdadeiros laboratórios de experimentação agroecológica, onde se conserva a agrobiodiversidade e se desenvolvem práticas de manejo sustentável. Altieri (2012) ressalta que estes espaços são fundamentais para a manutenção da agrobiodiversidade e resiliência dos sistemas agrícolas familiares. O mapa revelou também proximidades e potenciais de integração entre as unidades produtivas, abrindo possibilidades para trocas de experiências, sementes e produtos, fortalecendo assim as redes de solidariedade já existentes.

A investigação sobre a participação social das mulheres revelou engajamento impressionante em diversos movimentos e organizações. Todas as 12 participantes são membros ativos da Associação da Comunidade, do grupo "Juntas Venceremos" e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Apodi. Dez mulheres participam do Terra Viva, organização que promove a agroecologia na região; seis mantêm vínculo com a EMATER, recebendo assistência técnica e participando de capacitações; quatro integram o CF8, coletivo feminista regional; uma participa de cooperativa de produção; e uma é associada à AFATA (Associação das Famílias dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Apodi).

Esta ampla participação social traduz-se em presença ativa em eventos de relevância nacional e regional. As mulheres relataram com orgulho sua participação em cinco edições da Marcha das Margaridas, maior mobilização de mulheres trabalhadoras rurais do Brasil, onde levaram suas reivindicações e fortaleceram articulações políticas. Participaram duas vezes do DAKI (Programa de Diálogos e Convergências em Agroecologia, Água e Clima), uma vez de atividades no IFRN (Instituto Federal do Rio Grande do Norte) e seis vezes de capacitações oferecidas pelos sistemas SENAR e SEBRAE, demonstrando busca constante por formação e aprimoramento técnico.

Quanto à comercialização dos produtos, as mulheres utilizam múltiplos canais de escoamento. O mercado local absorve parte significativa da produção, especialmente hortaliças, frutas e produtos processados. O algodão agroecológico é comercializado através de políticas públicas específicas que valorizam a produção orgânica e garantem preços diferenciados. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) representa canal importante, fornecendo produtos para o IFRN e para a própria comunidade, garantindo renda regular e contribuindo para a segurança alimentar institucional e local. A venda direta na comunidade, realizada de porta em porta ou em pequenas feiras locais, permite relação direta com consumidores e valorização dos produtos agroecológicos.

## 2.2 Desafios enfrentados e estratégias de superação

Durante a aplicação dos questionários e nas discussões coletivas, emergiram os principais desafios enfrentados pelas mulheres na agricultura familiar. O problema logístico do deslocamento dos produtos até os pontos de venda foi unanimemente apontado como limitador significativo, pois a falta de transporte próprio e a precariedade das estradas rurais encarecem e dificultam o escoamento da produção, especialmente de produtos perecíveis que demandam rapidez na comercialização. A baixa valorização dos produtos no mercado local frustra as produtoras, que investem tempo, trabalho e recursos na produção agroecológica mas não conseguem preços que reflitam adequadamente este investimento, competindo desigualmente com produtos convencionais produzidos em larga escala.

A sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados familiares emergiu como questão central que limita o tempo disponível para dedicação às atividades produtivas. As mulheres relataram jornadas que se iniciam antes do amanhecer e se estendem até tarde da noite, dividindo-se entre o cuidado da casa, dos filhos, dos idosos, dos animais e da produção agrícola. Esta multiplicidade de tarefas, invisibilizada e não remunerada em sua maior parte, constitui barreira estrutural para o pleno desenvolvimento do potencial produtivo feminino. Paradoxalmente, enfrentam também o problema da demanda limitada por seus produtos, pois parte da população local, acostumada a receber doações de programas assistenciais, demonstra resistência em pagar pelos produtos, mesmo reconhecendo sua qualidade superior.

A escassez de sementes e insumos necessários para a produção representa outro desafio significativo. As mulheres relataram dificuldades em acessar sementes crioulas de qualidade, mudas de frutíferas adaptadas e insumos orgânicos para manutenção da produção agroecológica. Apesar destes desafios consideráveis, o grupo desenvolveu estratégias coletivas de enfrentamento que demonstram resiliência e criatividade. Organizam-se em mutirões para reduzir custos de produção, realizam trocas de sementes e mudas entre si, compartilham conhecimentos sobre técnicas de manejo agroecológico e mantêm banco comunitário de sementes crioulas. A força da organização coletiva, construída ao longo de 25 anos, constitui o principal trunfo para superar as adversidades.

## 3. Considerações finais

O trabalho desenvolvido com o grupo "Juntas Venceremos" na Agrovila Palmares documentou e analisou a participação das mulheres na agricultura familiar agroecológica. Durante 25 anos de organização coletiva, essas agricultoras construíram práticas produtivas diversificadas que contribuem para a sustentabilidade de suas comunidades.

A metodologia participativa adotada proporcionou espaço para que as próprias mulheres narrassem suas trajetórias e compartilhassem conhecimentos acumulados. Realizadas na sede da Associação Comunitária, ambiente familiar ao grupo, as atividades combinaram rodas de conversa, entrevistas e mapeamento participativo, o que permitiu captar diferentes dimensões da experiência feminina na agricultura. O engajamento das 12 participantes, aliado à maturidade organizativa do grupo, viabilizou a execução de todas as etapas previstas no cronograma.

A sistematização dos dados revelou diversidade produtiva, com cultivo de 15 espécies frutíferas, além de hortaliças (alface, coentro, cebolinha, couve) e criação de galinhas e suínos. Paralelamente, identificou-se ampla participação social das agricultoras no MST, na Marcha Mundial das Mulheres e em sindicatos rurais, evidenciando que sua atuação transcende a esfera produtiva e alcança a articulação política territorial.

Entretanto, o tempo limitado para execução impediu o aprofundamento de questões relevantes, como a sobrecarga de trabalho feminino e as complexas relações de gênero no

meio rural. A dificuldade em conciliar os horários das atividades com as jornadas múltiplas das participantes evidenciou, na prática, um dos principais desafios que enfrentam cotidianamente.

Além disso, a ausência de recursos para implementar soluções aos problemas identificados - principalmente dificuldades de transporte, comercialização e acesso a insumos - gerou expectativas que não puderam ser atendidas no âmbito deste trabalho. Embora o diagnóstico tenha mapeado a realidade local, a impossibilidade de oferecer apoio concreto representou limitação relevante.

Contudo, a ação cumpriu seu objetivo ao visibilizar o papel das mulheres na construção de sistemas agroecológicos. Os resultados demonstram sua atuação na garantia da segurança alimentar, preservação da agrobiodiversidade e manutenção do tecido social comunitário.

Como desdobramentos, sugere-se o desenvolvimento de ações para fortalecimento da autonomia econômica das mulheres, incluindo melhoria na logística de comercialização, acesso a crédito e assistência técnica especializada. Processos formativos que abordem a divisão sexual do trabalho e promovam maior equidade de gênero também emergiram como necessidades durante o diagnóstico participativo.

A experiência documentada com o grupo confirma que a participação feminina é base da agroecologia. O reconhecimento do trabalho dessas agricultoras representa tanto questão de justiça social quanto condição para sistemas alimentares viáveis nos territórios rurais.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012. 400 p.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Seção 1, p. 1.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.  
PACHECO, Maria Emília Lisboa. Os caminhos das mudanças na construção da agroecologia pelas mulheres. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 0, p. 4-8, set. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@ – Apodi**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/apodi/panorama>.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 356 p.